



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DA GESTÃO COMO ELEMENTO NA FORMAÇÃO DOCENTE-GESTOR.

Mirthis Yammilit da Conceição Almeida

Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste.
mirthisyammilit@gmail.com

Resumo: O presente relato de experiência emerge de discussões na disciplina de “estágio supervisionado III”, no curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA) cuja ênfase é a gestão escolar. Objetivamos nos aproximar das práticas gestoras em nosso contexto regional, compreendendo a gestão como elemento da formação docente. O percurso metodológico delineou-se a partir da aproximação com o campo de estágio e o mapeamento de possíveis áreas para o desenvolvimento do projeto de intervenção, posteriormente relatamos e analisamos os saberes-fazeres construídos nessa experiência. Assim, foi possível observar que o contexto e as demandas das práticas gestoras nos levaram a analisar “a gestão por resultado na Educação Integral”, “a gestão democrática nas práticas escolares” e por fim “a gestão na formação do pedagogo docente-gestor. Nossas conclusões caminham no sentido de ressaltar a importância da investigação do modelo de gestão educacional que vem sendo empregado nas escolas mediante a consolidação de ideologias neoliberais na educação que tem incidência direta na nossa profissionalização.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Formação Docente-Gestor, Gestão Escolar.

Introdução

O presente texto é uma pesquisa com base na experiência de “estágio supervisionado III” componente curricular do curso superior de pedagogia e foi vivenciado no âmbito da gestão. O locus dessa experiência é a EREMJPSM (Escola de Referência em Ensino Médio João Pessoa Souto Maior) uma escola pública da rede estadual de Pernambuco que contempla as modalidades de ensino médio integral, EJA médio e educação especial, sendo esta, a única escola a contemplar o ensino médio na cidade de Sairé-PE.

Essa instituição conquistou recentemente o Prêmio Gestão Escolar¹ em primeiro lugar na sua GRE (Gerência Regional de Ensino) que é a GRE Vitória, além de ter sido a 4ª melhor colocada do país no que concerne a proficiência em redação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) 2014 segundo o INEP² (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) no seu ranking por escola. É nesse locus que se efetiva o projeto de intervenção “Roda de Conversa: a biblioteca viva como um elemento indispensável para o ensino-aprendizagem.”, cabe nos ressaltar que a proposta pedagógica da disciplina de estágio era a de

¹ <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=2664>

² <http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem-por-escola>



realização de um projeto de intervenção na gestão, sob a perspectiva de que atividade gestora é toda aquela que visa o funcionamento da escola com vistas na melhoria das condições sociais, psicológicas e estruturais visando a garantia do ensino aprendizagem, nos foi direcionado pela equipe gestora a biblioteca como espaço de intervenção, haja vista a necessidade do incentivo ao uso da mesma.

Metodologia:

A metodologia utilizada para realização do estágio foi dividida em três fases, a primeira é a observação participante para se inteirar e realizar os trabalhos técnicos e pedagógicos vivenciados pela gestora, secretária e auxiliares pedagógicas, já a segunda fase é a de elaboração do projeto e intervenção pedagógica e a terceira é a sistematização do estágio de modo escrito por meio de um relatório da experiência vivida.

Nossa problemática buscou investigar “Como se consolida o modelo de gestão por resultados nas EREM’s?” Objetivando problematizar sua implementação nas Escolas de Referência, com base na adequação e aprimoramento do modelo experimental PROCENTRO, ambas experiências inspiradas no modelo Americano das escolas Charters³.

Durante a vivência elencamos três categorias de análise que constituíram nosso relatório a primeira foi a “Gestão por resultados” na qual busco retratar a lógica que direciona a maior parte das ações da escola, a segunda categoria é “a gestão democrática” como um elemento de resistência ao gerencialismo educacional vigente na rede estadual de Pernambuco. A terceira e última categoria analítica, é “a gestão na formação do pedagogo docente-gestor”. A metodologia de análise utilizada foi a análise de conteúdo e a técnica foi a análise temática.

A experiência de estágio foi vivenciada num período de 45 horas, de modo que optei estar no campo de maneira sequencial, o que possibilitou um melhor acompanhamento da atividades desenvolvidas pela equipe gestora, e um melhor direcionamento da equipe para comigo, na orientação e solicitação de atividades técnicas e pedagógicas.

Breve descrição das atividades vivenciadas:

³ Escolas Charters dispõem de características gerencialistas, meritocráticas, baseada numa política compensatória, focando nos resultados, dispondo de concessões entre o público e o privado (gestão privada).



Das atividades técnicas desenvolvidas tivemos a organização de apresentação de slides para o Prêmio Gestão Escolar no qual fui direcionada pela secretária sobre as informações relevantes que precisariam estar explícitas com base no relatório de gestão escolar 2014, revisei planilhas com as notas de todos os alunos da escola, para que não houvessem equívocos no relatório 2015, enviei e-mail para GRE, coleí fotos dos projetos vivenciados para compor o levantamento anual da escola.

Separei fotos dos estudantes dos três terceiros anos da escola que estavam em arquivos de computador para compor a homenagem dos mesmos na aula da saudade e recebi em alguns momentos auxílio do professor de física, no reconhecimento dos alunos nas fotos, todavia, na maior parte do tempo comparava as fotos do álbum da turma e assim selecionava as imagens para criação do vídeo “fui capturado pelas lentes da escola” exibido na aula da saudade em dezembro de 2015 outra atividade técnica foi o auxílio na elaboração do horário de provas finais juntamente com a orientadora pedagógica.

Das atividades pedagógicas vivenciadas pude estar no monitoramento pedagógico dos professores, nele foi discutido o rendimento, direcionamento das avaliações e dadas as orientações para os diários de classe. Também da organização da aula da saudade, direcionando atividades com os professores. Estive na culminância do projeto da semana da consciência negra, em reunião com a Unidade Executora UEX, na recepção de uma turma de pedagogia da faculdade particular FACOL⁴, comumente pude participar do planejamento e ornamentação natalina da escola, fiquei no atendimento dos palestrantes do tribunal de contas de Pernambuco que estavam na escola porque uma estudante ficou em primeiro lugar no concurso de redação do órgão.

A principal dificuldade na efetivação do projeto de intervenção é que a escola vive uma dinâmica cheia de atividades, de modo que ao me incorporar na dinâmica da escola passei a vivenciar os projetos, reuniões, apoio nas atividades técnicas e etc, o que comprometia meu cronograma.

No momento que eu estava na escola foi realizada a prova do SAEPE⁵, os professores recentemente tinham realizado “aulões” para os vestibulares, e os estudantes tem um projeto denominado “patrulha da limpeza”, onde eventualmente realizam multirões para limpeza da escola.

⁴ Faculdade Osman Lins. <http://www.facol.com/www3/>

⁵ SAEPE- Sistema de Avaliação Educacional do estado de pernambuco. vinculado ao IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco) é um índice criado pela Secretaria de Educação do Estado, composto pela combinação dos resultados do SAEPE e do fluxo escolar, para avaliar o desempenho dos alunos da rede.



Durante meu estágio fui acomodada num birô dentro da secretária perto da secretária e de alguns auxiliares administrativos e pedagógicos, e fui dando minhas contribuições em tudo que pude efetivar, fui direcionada em diversas questões, e dentro de todos os espaços percebi os arranjos que a gestão pode simplificar para resolver os conflitos.

Resultados e Discussão.

Diante do exposto com a descrições de algumas atividades observadas e vivenciadas, ficou esclarecido que as convensões da profissão gestora, vão para além do que é administrativo e do que é pedagógico, nesse sentido o trabalho é intensificado e irá corresponder a toda dinâmica da escola. Com base a dinâmica que norteia interna e externamente a prática gestora dessa equipe, emergiram as seguintes categorias.. São elas: 1ª categoria “a gestão por resultados” a 2ª é a “gestão democrática” e a 3ª “ a gestão na formação do pedagogo docente-professor”.

Categoria 1- Gestão por resultado.

No ano de 2008, o governo de estado de Pernambuco lança o Programa de Educação Integral (PEI), por meio da Lei Complementar nº 125/2008, instaurando assim, nas “unidades escolares da Rede Pública Estadual” (PERNAMBUCO, Projeto de Lei Complementar Nº 125/2008, Art. 1º Parágrafo Único) as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM's) com dois tipos de jornada, o regime integral com jornada de 40 horas semanais e o regime semi-integral com jornada equivalente a 32 horas semanais num curso médio de 3 anos.

Alguns dos aspectos relevantes presentes no texto são : **gerencialismo**⁶ (citado no Art. 2º inciso II, VI, Art. 3º inciso I, II, III, X); **meritocracia** (Art. 2º, inciso VI, Art. 3º inciso V); **Parceria Público-Privado** (Art. 2º inciso VIII, Art. 3º inciso XI); **Bonificação** (Art. 5º parágrafo 4º, caput do Art. 6º e caput do Art. 7º) **Gestão por resultado** (Art. 2º inciso VI). Tomamos como ponto de partida o inciso VI do Art 2º da Lei complementar 125/2008 cuja finalidade é “consolidar o modelo de gestão por resultados nas Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação”.

Nossas bases epistemológicas indicam que a discussão dessa temática revela as orientações político-ideológicas quem vem sendo adotadas na política de educação integral de jovens no ensino médio, implementadas no governo de Eduardo Campos no estado de Pernambuco. Nesse sentido no

⁶ Grifo nosso



texto se explicita sutilmente uma perspectiva sobre educação integral e qualidade total⁷ que ampliam as desigualdades e incorporam cada vez mais a lógica neoliberal de educação revelando a atuação do capitalismo e sua consolidação sobre a mesma. Torna-se de suma importância a produção de trabalhos científicos que busquem analisar e compreender a conjuntura do PEI, das EREM's e das ETE's, programas de escolas que inferem na realidade da sociedade pernambucana.

Mészáros passa assinalar que:

a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical querida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação (MÉSZÁROS, 2005, p. 76-77)

Com isso, se buscamos uma transformação social de fato emancipadora, não podemos negligenciar a educação. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014)⁸, Pernambuco está com cerca de 86.483 matrículas na modalidade de Ensino Médio em tempo integral (dados de 2012), e que por sua vez ganhou destaque no progressivo aumento nos indicadores de avaliação por desempenho, mais precisamente nos resultados do IDEB dos últimos anos.

Em 2009 após um ano das implementações das EREM's o estado de Pernambuco ultrapassou a meta estabelecida pelo governo no IDEB de 2,8 para 3,0, conseqüentemente nos anos seguintes 2011 com 3,0 e 2013 com 3,6, aumento significativo na ótica de uma avaliação mecanicista, que em contrapartida o discurso oficial adotado pelo governo é que houve melhorias na qualidade de Ensino, principalmente pelo posto que Pernambuco estava anteriormente ocupando a 22ª posição no ranking nacional para a 4ª colocação. IDEB (BRASIL, 2013)⁹ todavia a gestora da EREMJPSM destaca que isso se dá devido a filosofia de educação interdimensional adotada pelo estado, onde os sujeitos passam a acreditar nas dimensões do protagonismo juvenil, na gestão por resultados, na pedagogia da presença, entre outros fatores.

Portanto devemos ficar atentos quanto às reformas educacionais impostas pelo governo de pernambuco nos últimos anos, onde evidenciamos a existência da responsabilização dos resultados

⁷ Termo empresarial baseado na experiência japonesa de administração cujo lema é eficiência e eficácia.

⁸ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2014.pdf> Acesso em : 14 de julho 2015.

⁹ BRASIL, Ideb- Resultados e Metas. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>> Acesso em: 12 de maio 2015.



obtidos aos docentes da instituição o que acarreta diversas dificuldades na gestão devido a consolidação de um clima competitivo e conflituoso para obtenção de resultados positivos.

Além disso indentificamos à forma mecânica estabelecida na aplicação de provas avaliativas, meramente “quantitativas” que visam o rankiamento das instituições, outro elemento preocupante é a precarização do trabalho docente já que se amplia a da jornada escolar mas não se investe em recursos pedagógicos e formações continuadas sistemáticas além do aprofundamento da burocracia, como por exemplo a obrigatoriedade do preenchimento de uma caderneta digital, mesmo embora a internet da escola seja péssima sem abandonar o diário de classe impresso.

Para maquiar a situação e forjar um consenso entre a classe de professores quanto a intensificação dos trabalhos e assédio pelo resultado cria-se o BDE (Bônus de Desenvolvimento Educacional) onde se bonifica financeiramente os servidores em exercício com base no cumprimento de metas e na consolidação dos resultados, tendo uma legislação específica.

Em contrapartida podemos observar à retração que tal sistema impõe à formação do cidadão intelectual para a sociedade, a partir da perspectiva neotecnicista. Gramsci (1978) defende uma proposta “de escola inicial e única de cultura geral, humanística, formativa, que equilibre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”, propondo um tipo de Escola unitária, escola do trabalho, não no sentido estrito, profissionalizante, meramente técnico e ideologicamente imediatista, mas objetivamente interessada à coletividade, e de saber desinteressado em relação ao Capital.

Outro aspecto que podemos citar quanto ao caráter público de ensino segundo (SHIROMA, et. all. 2008, p.2-3) é que:

A cultura de resultados permeia a maioria das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado no Governo Lula. Esta tende a modificar o caráter do ensino público a partir da introdução de incentivos e prêmios oferecidos por fundações e ONGS com forte participação da iniciativa privada e organizações sociais (terceiro setor) para construir um grande consenso, de que os recursos públicos são insuficientes para realizar as tarefas atribuídas à educação neste início de século. Assim, esperam fazer mais com menos, introduzindo uma nova estratégia de distribuição de recursos: por editais, firmados em contrato de gestão, que envolvem contrapartidas e estabelecem resultados e metas a serem atingidos.

Vale ressaltar que todas as ações implementadas pelo Governo de Pernambuco estão dentro de um modelo gerencialista, pautada por meio do Programa de Modernização da Gestão Pública¹⁰,

¹⁰ Vem sendo desenvolvido em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de



traz concepções de ensino por meio de metas estabelecidas nos semestres letivos, ganhando destaque por meio de incentivos financeiros (BDE) aos profissionais de todas as escolas que atingirem as respectivas metas, com vistas a melhorias induzidas na qualidade do Ensino (PERNAMBUCO,2009).¹¹

Dessa forma, esse tipo de política é colocada estratégia para pressionar o trabalho docente por meio de um intenso processo de responsabilização (accountability).

No sentido de avaliar os obstáculos à implementação do Ensino Médio Integral nas escolas estaduais de Pernambuco, verificamos que, além do caráter dualista que este assume diante das demais escolas que oferecem o Ensino Médio regular, há também uma série de constrangimentos devido à própria estratégia da política educacional adotada. A implementação de uma educação gerencialista, baseada na meritocracia, por meio de estratégias de bonificação por desempenho, além dos efeitos perversos que gera tanto para a formação de novas gerações, construindo um processo gradual de internalização da exclusão, quanto para precarização e intensificação do trabalho docente, mediante uma política centrada na responsabilização do professor e da escola pelo sucesso ou fracasso nas avaliações externas e no ranking alcançado pela rede de ensino, está fadada ao fracasso no sentido da garantia dos próprios resultados que almeja. (SILVA; SILVA, 2014, p. 137-138).

A referida citação de Silva e Silva descrevem claramente o processo de responsabilização e a perversidade com que o mesmo se consolida e quais implicações eles acarretam. Com isso, é necessário entender que no seio da constituição de uma Escola de Referência existem elementos que assediam a escola com base nos resultados, premiação e bonificação, elementos que acabam direcionando todas as atividades pedagógicas a resultados cada vez “melhores”, e convivem sistematicamente com o mínimo de investimentos.

Categoria 2- Gestão democrática.

A participação é o principal meio de assegurar que todos os envolvidos na escola participem do processo de tomada de decisões e no funcionamento da escola, uma vez que ela proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola e pode através de ações democráticas promover um clima agradável e favorável entre alunos, professores e pais. Dar-se então um processo que procura democratizar a prática pedagógica, permitindo a participação da comunidade escolar no âmbito pedagógico, administrativo e financeiro. Além dos recursos financeiros, os recursos humanos compõem os fatores que influenciam ou condicionam a gestão autônoma.

Desenvolvimento Gerencial (INDG). <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=69>

¹¹ PERNAMBUCO. **Decreto nº 33.711, de 28 de julho de 2009**. Dispõe sobre o pagamento do Bônus de Desempenho Educacional- BDE, e dá outras providências. Recife, 2009.



Nesse sentido, pode evidenciar que a escola tem um tipo de autonomia limitada, no escopo da instituição escolher se definem metas, estratégias, se constrói o projeto político pedagógico, se decide onde serão aplicados o dinheiro que chega na escola, mas, a escola está dentro de um programa de educação integral no qual as diretrizes filosóficas é uma educação interdimensional, a mesma adota uma interação empresarial adotando uma missão, visão e valores. Então o que cabe ser resolvido na escola tem acontecido pelas vias democráticas, através de reuniões sistematicas onde todos são sujeitos da tomada de decisão.

Essa dinâmica se dava da seguinte forma, primeiro a gestora apresentava a questão, logo havia um debate, em seguida eram realizadas as propostas e se via a forma de consensuar, caso não fosse possível se abria uma votação a equipe gestora fazia a mediação solucionando conflitos. Desses espaços participavam o grêmio estudantil (Movimento estudantil secundarista), pais, professores, e demais estudantes.

Na concepção de gestão democrática participativa existe uma definição explícita, por parte da equipe escolar, de objetivos sócio-políticos e pedagógicos da escola. O poder do gestor é descentralizado, existindo articulação da atividade de direção com a iniciativa e participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.

Vale salientar que esses sujeitos estão dentro de um programa de ensino pautado em ideologias liberais, porém a descentralização que se dá no grupo é a descentralização do poder de decisões. O que torna a gestão democrática um elemento emancipatório e social dentro de uma lógica capitalista engessada que visa a captura da subjetividade a competição dos professores. Isso acarreta uma fenda dentro da lógica a qual se está imposta, já que a gestão por resultados consolida a competição entre professores, alunos e sociedade, que resulta numa lógica de guerra em que o sujeito precisa de mérito para vencer.

Atualmente se defende um estilo de caminhar da escola que se pautem numa ação coordenada e coletiva, onde todos possam participar do processo, a partir da compreensão da complexidade do trabalho pedagógico e da importância da contribuição individual num processo coletivo para a organização do trabalho escolar.

Assim necessitam-se da garantia da gestão democrática, e de um padrão de qualidade social na educação de tempo integral, com a escola se incorporando a cultura em sentido amplo. A constituição federal de 1988 coloca no art.206 (inciso V): “gestão democrática do ensino público na forma da lei” e a LDB, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 14 diz que:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios(I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;(II) participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

A EREMJPSMS vem promovendo espaços de participação democrática, a luz de práticas sociais que compreendem todos os sujeitos nos processos de tomada de decisão. Embora a LDB não deixe claro a concepção de gestão democrática, deixando a cargo da escola a responsabilidade para interpretar o que seria essa gestão democrática, para nós é nítida a compreensão que a equipe gestora tem acerca dessa questão.

Categoria 3 - A gestão na formação do pedagogo docente-gestor.

No que cerne a relevância do estágio em gestão e da intervenção realizada, foi muito rico entender a docência e a gestão como sendo a área de profissionalização do pedagogo.

constituem-se como áreas integradas de formação profissional do Pedagogo, suportadas na teoria e na pesquisa do campo da pedagogia e da educação: a) Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores (e em outras áreas emergentes do campo educacional). b) Gestão Educacional, entendida como a organização do trabalho em termos de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação nos sistemas de ensino e em processos educativos escolares e não-escolares, bem como o estudo e a formulação de políticas públicas na área da educação. (FORUMDIR, 2003 p. 134)

Com isso, partimos do sentido que a pedagogia não forma apenas para a sala de aula. O olhar para o trabalho pedagógico é ampliado para práticas docente e gestora, isso demanda de reformas educacionais vivenciadas desde a década de 90 na sociedade brasileira.

o trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (OLIVEIRA; FONSECA e TOSCHI. 2004, p. 1132)

Com isso, a base do estágio em gestão precisa estar integrada a discussões que perpassam o planejamento, financiamento e qualidade de educação já que essas questões vão influenciar diretamente a prática gestora. Atualmente o Brasil se encontra num aprofundamento de ideologias neoliberais na educação, submetidos a influências do capital internacional (Banco Mundial, FMI, BIRD ...) tendo a “troca” dos modelos de gestão democrática, por modelos de gestão por resultado, a apelação de ideologias meritocráticas e a crença na teoria de capital humano, constituem um movimento político que tem poder nas tomadas de decisões, assediando as escolas por meio de



provas padronizadas que objetivam mensurar as aprendizagens e estão diretamente ligadas ao financiamento ou a falta dele para as escolas que atingem ou não os índices educacionais.

Movimento que constitui um abandono das abordagens críticas, a incorporação do lema “eficiência e eficácia” dos quais, se crê que é possível fazer mais com menos, ou seja, atingir qualidade de educação com o financiamento mínimo, torna a questão do financiamento educacional um problema político que perpassa toda história do Brasil, porque é um serviço público sem prioridade, desde a primeira constituição existem tensões políticas entre “esquerda e direita” pra consolidar uma agenda educacional consistente e coerente, no entanto, muitas das vezes as políticas, planos, projetos, leis e ações governamentais diante de tanto remendo, tem influências de ambas as partes.

Quem tem mais agenda societária consolidada é o que melhor favorece o capital, deste modo, estão incorporados as correntes de qualidade total e de qualidade social na educação. A qualidade total transpõe-se para uma pedagogia neoliberal que se mantém sob a prerrogativa de eficácia, eficiência e excelência, tratando o aluno como mercadoria, já a qualidade social assume um caráter democrático e popular. Além dessas qualidades, existem a má qualidade e a boa qualidade, ressaltamos que cada seguimento tem uma interpretação acerca da qualidade, assim, o que é qualidade para os movimentos sociais não é para o governo, o que é pro governo não é pra universidade, o que é pra universidade não é para os empresários do movimento todos pela educação.

Assim, o que se consolida na sociedade brasileira são discursos sobre qualidade sem deixar clara a corrente ideológica que se segue, sem deixar claro que qualidade é essa, se a tal qualidade é boa ou má, se a qualidade pretendida é qualidade total ou social, e isso se configura como uma forma estratégica de ocultar o sentido de qualidade pretendida, se aproveitando que no imaginário social as pessoas tendem a pensar que o termo qualidade só remete o que é bom.

Qualidade está diretamente ligada ao financiamento educacional, se a qualidade for entendida como mais (+) resultados ou (-) de forma quase automática o financiamento passa a ser uma barganha institucionalizada com vistas nas premiações, bonificações e meritocracia, onde esses fatores passarão a ser objetivos educacionais, com vistas no status e ranqueamento da instituição, aqui se vale ressaltar que a porcentagem direcionada a educação do país tem o mesmo sistema, diante das mesmas diretrizes, no entanto, as bonificações e premiações serão um extra dentro do financiamento escolar.



Considerações Finais

Nossas conclusões caminham no sentido de ressaltar a importância da investigação do modelo de gestão educacional que vem emergido diante da consolidação de ideologias neoliberais na educação. Para que possamos compreender a gestão como parte integrante da profissionalização do pedagogo, é necessário, por em evidência como tem sido pensada, vivenciada e com que base legal se consolidam os programas e projetos na educação.

Nossas vivências nos levam a apontar que a gestão por resultados nas EREM's são legitimadas pela lei complementar nº 125 de 10 de julho de 2008 e materializada como um dos pilares do programa de educação integral do estado de Pernambuco e incentivada pelo bônus de desempenho educacional (BDE), quanto mais resultados mais bonificações remuneradas o que acarreta numa intensificação do trabalho docente com vistas no resultado e um clima de competição entre escolas e entre professores.

O estágio se configurou como momento de vivência, reflexão e planejamento do pedagogo na consolidação de sua profissão. O estágio foi construído durante todo componente curricular, sendo efetivado diante de das orientações estabelecidas pela docente, o que nos leva a concluir que é necessário a efetivação do estágio a luz de olhares críticos que consigam identificar os limites e avanços dentro das configurações escolares vigentes.

Com isso, emergem aprendizagens no sentido de análise das experiências planejadas e vividas. Que reafirmam a gestão como elemento indispensável na formação do pedagogo. Diante dos achados, foi possível discutir a ideologia neoliberal na perspectiva regulamentadora da gestão escolar que objetiva a gestão por resultados, mas que, dentro dessa configuração ainda existem espaços de resistências para consolidação de práticas democráticas envolvendo todos os sujeitos com poder nos espaços de tomada de decisão. Tendo como norteador desse relatório a gestão e a docência de modo relacionados visando a aprendizagem dos sujeitos e o bom funcionamento de toda escola. Reafirmamos com base nas experiências vividas o pensamento de que a gestão não comporta os elementos burocráticos, mas os elementos sociais e organizacionais como um todo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Acesso em: 07 de janeiro de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996. Acesso em: 07 de janeiro de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 17. ed. atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FORUMDIR. **Diretrizes Curriculares pra o curso de Pedagogia, proposta do FORUMDIR**. Porto Alegre, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Docência em Formação). Coordenadores: Antonio Joaquim Severino e Selma Garrido Pimenta.

MARQUES, Luciana Rosa. **O Projeto Político Pedagógico e a Construção da Autonomia e da Democracia na Escola nas Representações Sociais dos Conselheiros**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 83, p. 577-597, agosto 2003.

MARQUES, Luciana Rosa; NASCIMENTO, Priscila Ximenes Souza do. **As Interfaces da Participação da Família na Gestão Escolar**. RBPAE - v. 28, n. 1, p. 68-85, jan/abr. 2012.

MÉSZÁROS, I. (2005). A educação para além do capital. São Paulo, Boitempo.

PERNAMBUCO **Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008**. Educação Integral. Disponível em <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 10 Maio de 2015.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Governo estadual competição política e mudança institucional: lições comparativas da reforma da gestão escolar no Brasil**. SOUZA, Celina; NETO, Paulo Fábio Dantas (Org.). Governo, políticas e elites políticas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SILVA, Katharine Ninive Pinto.; SILVA, Jamerson Antonio Almeida da. **Accountability e intensificação do Trabalho docente no Ensino Médio Integral de Pernambuco**. Portal de Periódicos da UEPG, Práxis Educativa, Vol. 9, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3ªed., 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira, FONSECA, Marília e TOSCHI, Mirza. **Educação, gestão e organização escolar: concepções e tendências atuais**. In: OLIVEIRA, João Ferreira (org.) Escolas gerenciais: planos de desenvolvimento e projetos políticos-pedagógicos em debate. Goiânia: UCG, 2004.